

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL-16ª VARA FEDERAL

Juiz Titular	:	DR. MARCELO REBELLO PINHEIRO
Juiza Substit.	:	DRA. FLÁVIA DE MACÊDO NOLASCO
Dir. Secret.	:	BRUNO NASCIMENTO BARROS

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE JULHO DE 2017

Atos da Exma.	:	DRA. FLÁVIA DE MACÊDO NOLASCO
---------------	---	-------------------------------

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

Numeração única: 55103-55.2013.4.01.3400
55103-55.2013.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	JOSE MAURO CANDIDO DA COSTA
ADVOGADO	:	PR00023493 - LEONARDO DA COSTA
REU	:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :

Às fls. 566/567, o autor requereu que este Juízo se pronunciasse acerca da distribuição do ônus da prova. Nos termos do art. 373 do NCPC, o ônus da prova incube ao autor. Não foi demonstrada nos autos a negativa da parte ré de fornecer o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP. Cabe ao autor requerê-lo. Apenas em caso de impossibilidade de obtenção é que o Poder Judiciário determinará a juntada pela parte ré.

Desse modo indefiro, por ora, a inversão do ônus da prova.

Numeração única: 4412-32.2016.4.01.3400
4412-32.2016.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	JEFERSON DO NASCIMENTO
ADVOGADO	:	PR00031921 - EDEMILSON PINTO VIEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :

Fls. 688/689: Nada a apreciar acerca do pedido de suspensão da lide, formulado pelo autor, considerando já estar o processo sentenciado, devendo o pedido ser direcionado ao Órgão Julgador competente nessa fase processual.

Apresente o apelado (UNIÃO FEDERAL) suas contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1.010, §1º, do NCPC.

Havendo, nas contrarrazões, as preliminares de que trata o § 1º do art. 1.009, do NCPC, intime(m)-se o(s) apelante(s) para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar(em)-se a seu respeito.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egrégio TRF/1ª Região, nos termos do §2º do art. 1010, do NCPC.

Numeração única: 53847-77.2013.4.01.3400
53847-77.2013.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ANTONIO GARCIA DE SENA
ADVOGADO	:	PR00023493 - LEONARDO DA COSTA
REU	:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE FUNASA
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :

Às fls. 534/535, o autor requereu que este Juízo se pronunciasse acerca da distribuição do ônus da prova. Nos termos do art. 373 do NCPC, o ônus da prova incube ao autor. Não foi demonstrada nos autos a negativa da parte ré de fornecer o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP. Cabe ao autor requerê-lo. Apenas em

caso de impossibilidade de obtenção é que o Poder Judiciário determinará a juntada pela parte ré.
Desse modo indefiro, por ora, a inversão do ônus da prova.

Numeração única: 51093-94.2015.4.01.3400
51093-94.2015.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	AASPEB - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS SEGURADOS DA ASPEB-AASPEB
ADVOGADO	:	DF00012936 - NELSON DE MENEZES PEREIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Requeira o(s) credor(es) o cumprimento da execução no prazo de dez dias, observado o disposto no artigo 535 do NCPC.

Numeração única: 1952-72.2016.4.01.3400
1952-72.2016.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	NUFARM INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S.A.
ADVOGADO	:	SP00209516 - LIDIA CRISTINA JORGE DOS SANTOS
ADVOGADO	:	SP00206583 - BRUNO DE SOUZA CARDOSO
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Requeira o(s) credor(es) - autor(es) - o cumprimento da sentença, no prazo de dez dias, observado o disposto no artigo 523 do NCPC.

Numeração única: 30582-46.2013.4.01.3400
30582-46.2013.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	VANDERLEI NAVES DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00025999 - LUCAS MESQUITA DE MOURA
REU	:	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDONIA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

A Exma. Sra. Juíza exarou :
1. Apresentem os apelados (AUTOR e JUCER) suas contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1.010, § 1º, do NCPC. 2. Havendo nas contrarrazões as preliminares de que trata o § 1º do art. 1.009, do NCPC, intime-se o apelante para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se a seu respeito, nos termos do § 2º, do mesmo artigo. 3. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egrégio TRF/1ª Região, nos termos do § 2º do art. 1010, do NCPC.

Numeração única: 74113-17.2015.4.01.3400
74113-17.2015.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	CRISTIANO FERREIRA PERES
ADVOGADO	:	DF00027056 - IGO BAIMA COSTA CABRAL
ADVOGADO	:	DF00011555 - IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
ADVOGADO	:	DF00016619 - MARLUCIO LUSTOSA BONFIM
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juíza exarou :
1. Apresentem os apelados (AUTOR) suas contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1.010, § 1º, do NCPC. 2. Havendo nas contrarrazões as preliminares de que trata o § 1º do art. 1.009, do NCPC, intime-se o apelante para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se a seu respeito, nos termos do § 2º, do mesmo artigo. 3. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egrégio TRF/1ª Região, nos termos do § 2º do art. 1010, do NCPC.

Numeração única: 74183-34.2015.4.01.3400
74183-34.2015.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	ROGERIO FONTES DE RESENDE
ADVOGADO	:	DF00044873 - MARINA FONTES DE RESENDE
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juíza exarou :

Ao autor, para que cumpra a primeira parte do determinado às fls. 113, especificando quais transações registradas nas faturas que foram impugnadas, ou seja, quais transações considera indevidas por não terem sido por ele realizadas. Prazo: 10 (dez) dias.

Numeração única: 52566-18.2015.4.01.3400
52566-18.2015.4.01.3400 CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	MUNICIPIO DE PRIMAVERA DE RONDONIA
ADVOGADO	:	RO00003065 - HEVANDRO SCARCELLI SEVERINO
ADVOGADO	:	RO00002917 - WILSON NOGUEIRA JUNIOR
REQDO	:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE FUNASA

A Exma. Sra. Juíza exarou :

Os Embargos de Declaração manejados pela FUNASA, se acolhidos, terão efeitos infringentes. Assim, determino que se proceda a intimação da parte embargada para, querendo, em 5 (cinco) dias (CPC, art. 536), apresentar impugnação ao recurso (§ 2º do art. 1.023, do NCPC).

Numeração única: 14779-04.2005.4.01.3400
2005.34.00.014803-4 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXQTE	:	UNIAO FEDERAL
EXCDO	:	MARIA FERNANDA CORTES OLIVIEIRA
EXCDO	:	ANTONIO CARLOS DE MELLO ROSA
ADVOGADO	:	DF00015395 - ILKA TEODORO

A Exma. Sra. Juíza exarou :

Intime(m)-se o(s) executado(s), na pessoa do seu advogado constituído, para pagamento do débito em quinze dias, conforme requerido, com fulcro no art. 513, § 2º, I, do NCPC.

Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa e honorários advocatícios, ambos em 10% (dez por cento), bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523, do NCPC.

Numeração única: 4980-68.2004.4.01.3400
2004.34.00.004993-8 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXQTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	- J.J. BERREDO FILHO
EXCDO	:	JOSE MIGUEL DIAS DA SILVA
EXCDO	:	ALICE VAZ TOLENTINO
EXCDO	:	JOAQUIM TAMIETTI VILLELA
EXCDO	:	TEODOMIRO ARDISSON FILHO
EXCDO	:	CLEUSA ALVARES MORAES ROCHA
EXCDO	:	OSSI EVANGELISTA DA LUZ
EXCDO	:	FRANCISCO PAULO TOSCANO
EXCDO	:	ANISIO MOREIRA DOS SANTOS
EXCDO	:	HUMBERTO SIQUEIRA MAGALHAES
EXCDO	:	MARIA HELENA DOS SANTOS TEIXEIRA
ADVOGADO	:	DF00012284 - FERNANDO FREIRE DIAS

A Exma. Sra. Juíza exarou :

Intime(m)-se o(s) executado(s), na pessoa do seu advogado constituído, para pagamento do débito em quinze dias, conforme requerido, com fulcro no art. 513, § 2º, I, do NCPC.

Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa e honorários advocatícios, ambos em 10% (dez por cento), bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523, do NCPC.

Numeração única: 11461-13.2005.4.01.3400
2005.34.00.011480-5 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXQTE	:	UNIAO FEDERAL
-------	---	---------------

EXCDO	:	JOSE DE VASCONCELOS SAMPAIO
ADVOGADO	:	DF00001982 - ROBSON FREITAS MELO

A Exma. Sra. Juíza exarou :

Intime(m)-se o(s) executado(s), na pessoa do seu advogado constituído, para pagamento do débito em quinze dias, conforme requerido, com fulcro no art. 513, § 2º, I, do NCPC.

Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa e honorários advocatícios, ambos em 10% (dez por cento), bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523, do NCPC.

Numeração única: 60920-37.2012.4.01.3400

60920-37.2012.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	ARG LTDA
ADVOGADO	:	DF00028108 - ALEXANDRE AROEIRA SALLES
ADVOGADO	:	MG00090459 - PATRICIA GUERCIO TEIXEIRA
ADVOGADO	:	MG0032874E - NEWTON RODRIGUES MIRANDA NETO
ADVOGADO	:	MG00075173 - MARINA HERMETO CORREA
ADVOGADO	:	DF00027154 - TATHIANE VIEIRA VIGGIANO FERNANDES
ADVOGADO	:	MG00089353 - FRANCISCO DE FREITAS FERREIRA
ADVOGADO	:	MG00127318 - RICHARD-PAUL MARTINS GARRELL
REU	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES -DNIT
PERITO	:	RAYMUNDO JOSE PEREIRA NETTO

A Exma. Sra. Juíza exarou :

1. Apresentem os apelados suas contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1.010, § 1º, do NCPC. 2. Havendo nas contrarrazões as preliminares de que trata o § 1º do art. 1.009, do NCPC, intime-se o apelante para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se a seu respeito, nos termos do § 2º, do mesmo artigo. 3. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egrégio TRF/1ª Região, nos termos do § 2º do art. 1010, do NCPC.

Numeração única: 6676-66.2009.4.01.3400

2009.34.00.006729-7 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	IVAN ROBERTSON CORTEZ DE BARROS
ADVOGADO	:	DF00014746 - JOSE PEIXOTO GUIMARAES NETO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juíza exarou :

Converto o julgamento em diligência.

Não obstante o tempo decorrido desde o ajuizamento da presente ação, observo que a natureza da causa e a situação concreta dos autos possibilita a resolução do conflito por

meio de acordo, razões pelas quais determino a remessa dos autos para o Núcleo de Conciliação

desta Seção Judiciária.

Intimem-se as partes.

Numeração única: 19965-56.2015.4.01.3400

19965-56.2015.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MATHEUS DOS SANTOS RIBEIRO
ADVOGADO	:	DF00034942 - SANDRA ORTIZ DE ABREU
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juíza exarou :

Conforme noticiado a este Juízo, o Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 1.657.156, determinou a suspensão do julgamento dos processos que envolvam a controvérsia sobre a obrigatoriedade de fornecimento, pelo Estado, de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS. (...)

Nos termos do artigo 1.037, I e II, do NCPC, o Ministro relator identificou com precisão a questão a ser submetida a julgamento e determinou a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.

Assim, sendo esta a matéria em debate nos presentes autos, determino a suspensão do feito até ulterior deliberação da Superior Corte.

Numeração única: 38574-87.2015.4.01.3400
38574-87.2015.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	ANNA KAROLINA DA SILVA MENDES
ADVOGADO	:	DF00017695 - MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juíza exarou :

Conforme noticiado a este Juízo, o Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 1.657.156, determinou a suspensão do julgamento dos processos que envolvam a controvérsia sobre a obrigatoriedade de fornecimento, pelo Estado, de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS. (...)

Nos termos do artigo 1.037, I e II, do NCPC, o Ministro relator identificou com precisão a questão a ser submetida a julgamento e determinou a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.

Assim, sendo esta a matéria em debate nos presentes autos, determino a suspensão do feito até ulterior deliberação da Superior Corte.

Numeração única: 385-06.2016.4.01.3400
385-06.2016.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	JAIRO DA SILVA DE JESUS
ADVOGADO	:	DF00017695 - MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juíza exarou :

Conforme noticiado a este Juízo, o Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 1.657.156, determinou a suspensão do julgamento dos processos que envolvam a controvérsia sobre a obrigatoriedade de fornecimento, pelo Estado, de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS. (...)

Nos termos do artigo 1.037, I e II, do NCPC, o Ministro relator identificou com precisão a questão a ser submetida a julgamento e determinou a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.

Assim, sendo esta a matéria em debate nos presentes autos, determino a suspensão do feito até ulterior deliberação da Superior Corte.

Numeração única: 28954-17.2016.4.01.3400
28954-17.2016.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MOHAMED MUSTAFA ORRA
ADVOGADO	:	DF00017695 - MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juíza exarou :

Conforme noticiado a este Juízo, o Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 1.657.156, determinou a suspensão do julgamento dos processos que envolvam a controvérsia sobre a obrigatoriedade de fornecimento, pelo Estado, de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS. (...)

Nos termos do artigo 1.037, I e II, do NCPC, o Ministro relator identificou com precisão a questão a ser submetida a julgamento e determinou a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.

Assim, sendo esta a matéria em debate nos presentes autos, determino a suspensão do feito até ulterior deliberação da Superior Corte.

Numeração única: 55654-30.2016.4.01.3400
55654-30.2016.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MARIA CONCEICAO DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00034942 - SANDRA ORTIZ DE ABREU
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juíza exarou :

Conforme noticiado a este Juízo, o Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 1.657.156, determinou a suspensão do julgamento dos processos que envolvam a controvérsia sobre a obrigatoriedade de fornecimento, pelo Estado, de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS. (...)

Nos termos do artigo 1.037, I e II, do NCPC, o Ministro relator identificou com precisão a questão a ser submetida a julgamento e determinou a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.

Assim, sendo esta a matéria em debate nos presentes autos, determino a suspensão do feito até ulterior deliberação da Superior Corte.

Numeração única: 62124-77.2016.4.01.3400

62124-77.2016.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	DIONISIO MAURICIO DOS SANTOS NETO
ADVOGADO	:	DF00017695 - MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juíza exarou :

Conforme noticiado a este Juízo, o Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 1.657.156, determinou a suspensão do julgamento dos processos que envolvam a controvérsia sobre a obrigatoriedade de fornecimento, pelo Estado, de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS. (...)

Nos termos do artigo 1.037, I e II, do NCPC, o Ministro relator identificou com precisão a questão a ser submetida a julgamento e determinou a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.

Assim, sendo esta a matéria em debate nos presentes autos, determino a suspensão do feito até ulterior deliberação da Superior Corte.